

fonte: Jornal do Brasil class.: 188

data: 13/11/94 pg.: 22

ONG denuncia corte ilegal de mogno

■ Amigos da Terra acusam madeireiras de atuarem de forma irregular na Amazônia

RONALDO BRASILIENSE

A organização não-governamental Amigos da Terra Internacional vai denunciar amanhã em Fort Lauderdale, Flórida, EUA, na 9ª Conferência do Comércio Internacional das Espécies em Perigo de Extinção (Cites), que a exploração de mogno na Amazônia vem sendo feita de modo ilegal, com as madeireiras atuando irregularmente em áreas indígenas e unidades de conservação protegidas pelo governo.

Relatório independente de Amigos da Terra elaborado no sul do Pará aponta a existência de contratos ilegais firmados por madeireiras com comunidades indígenas caiapó, em Redenção e São Félix do Xingu. O dossiê será entregue a todas as delegações que participam da reunião do Cites, onde entidades ambientalistas como Amigos da Terra e o Fundo Mundial para a Conservação da Natureza (WWF) defendem a inclusão do mogno no apêndice II do Cites.

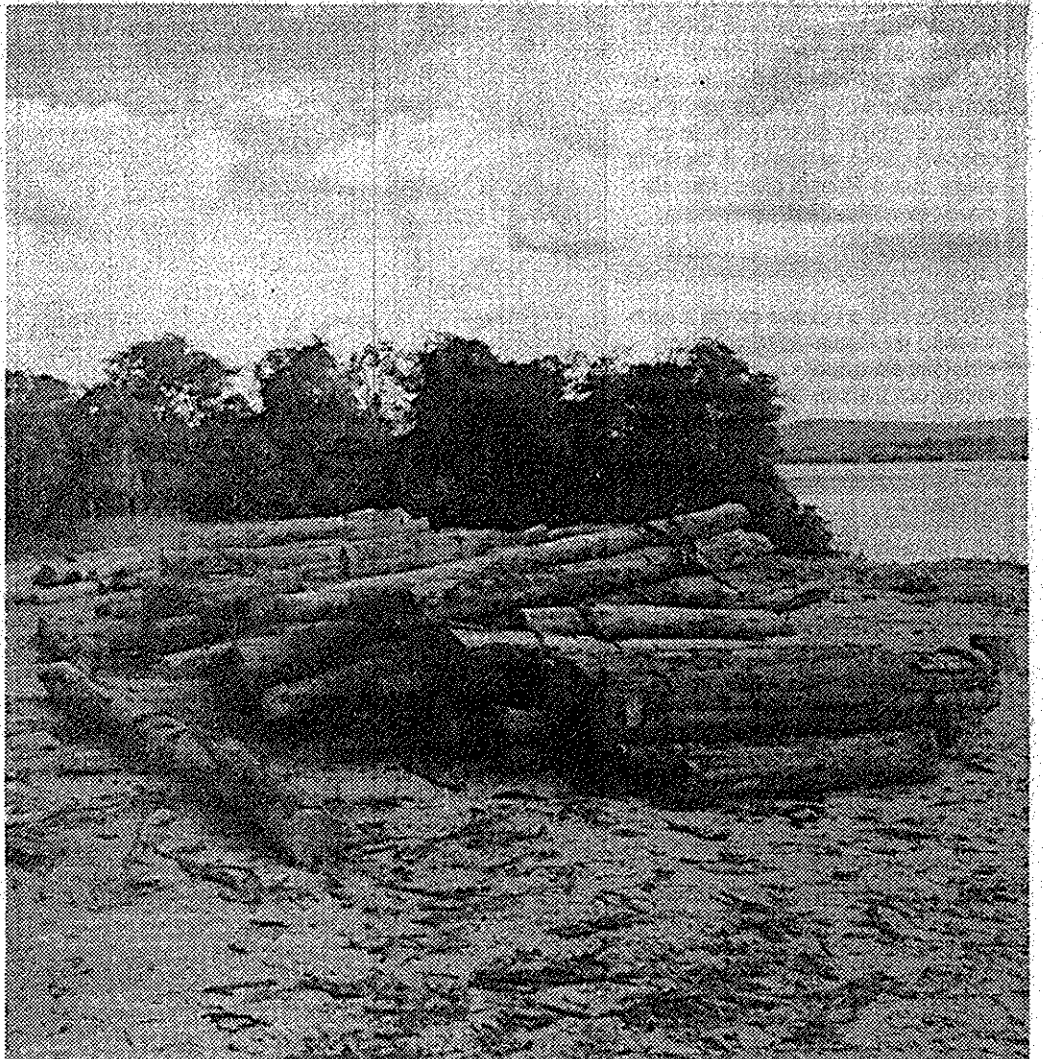
O centro das denúncias da ONG Amigos da Terra são as madeireiras filiadas à Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira da Amazônia (Aimex), que não vêm cumprindo o acordo firmado com as indústrias importadoras do Reino Unido de não mais comprar ou extrair mogno de terras indígenas. Apresentando vasta documentação obtida na Fundação Nacional do Índio (Funai), Polícia Federal e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), os Amigos da Terra mostram que madeireiras como Banach, Peracchi, Ferreira e Juary, entre outras, já foram autuadas por extração ilegal de mogno em áreas protegidas.

Em São Félix do Xingu, as Organizações Silva, do madeireiro Iron Fernandes da Silva, receberam uma multa de R\$ 47 mil do Ibama por retirar ilegalmente nove mil metros cúbicos do mogno da área indígena Kokreimoro. Os índios caiapó recebem apenas US\$ 50 por metro cúbico de madeira, posteriormente negociada com os mercados dos Estados Unidos e Inglaterra por até US\$ 800.

Multas — Em operações de fiscalização no sul do Pará, o Ibama multou ainda outras madeireiras filiadas à Aimex por transporte irregular de madeira, extração de mogno em áreas protegidas, falsificação de guias de exploração florestal, adulteração de guias e por manterem estocadas em pátios mais madeira do que a autorizada pelo próprio Ibama. Fora isso, o próprio Ibama reconhece que mais de 90% dos planos de manejo florestal aprovados para madeireiras do Pará são totalmente fajutos.

“A simples inclusão do mogno no apêndice II do Cites não resolverá o problema”, afirma o coordenador do Programa Amazônia do Amigos da Terra Internacional, Roberto Smeraldi. “Nas investigações, ficou claro que não há fiscalização eficiente em áreas indígenas e unidades de conservação, o que facilita a ação ilegal.”

Outra denúncia apresentada no relatório da ONG é o avanço de madeireiras sobre a reserva extrativista Chico Mendes e outras áreas preotegidas no estado do Acre e a ocorrência de trabalho escravo em madeireiras da Aimex, como Maginco e Banach.



As denúncias incluem o transporte irregular de mogno e a extração em áreas protegidas

‘Intrusos’ geram protestos

A presença de dois madeireiros na delegação brasileira que participa da reunião do Cites em Fort Lauderdale gerou protestos de ambientalistas e cientistas brasileiros presentes ao encontro. Uma nota criticando a presença dos madeireiros Paulo Baibich, do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Paraná, e Ovidio Gasparetto, do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Pará, foi entregue por representantes da Sociedade Botânica do Brasil, da Greenpeace e do Fundo Mundial para a Natureza (WWF) à chefe da delegação do Brasil, Lígia Scherer, da embaixada do Brasil em Washington.

Na nota, os ambientalistas lamentam que outros setores da sociedade não tenham sido convidados a integrar a delegação oficial, mostrando que outras delegações de países latino-americanos incluíram ambientalistas e cientistas. Além de atacar o governo brasileiro como “parcial”, as entidades pedem que o governo brasileiro tenha coerência com a posição adotada em 1992, quando apoiou a inclusão do mogno no apêndice II do Cites.

“O governo afirma que não existem evidências científicas suficientes para incluir o mogno no apêndice II. Ao invés de se aproximar dos cientistas para buscar informações técnicas, parece preferir a companhia de madeireiros cujo interesse econômico de curto prazo prejudica a sustentabilidade ecológica”, acusou a engenheira florestal Maria Regina Barbosa, da Sociedade Botânica do Brasil.

O representante do WWF, Paulo Lyra, também criticou a presença dos madeireiros brasileiros na delegação. “Há ampla documentação sobre a exploração ilegal e predatória do mogno. Com sua postura irredutível e o convite aos madeireiros, o governo pode estragar tudo o que já foi feito para melhorar a imagem ambiental do Brasil”, ponderou Lyra. As ONGs presentes também ressaltaram no documento que a inclusão do mogno no apêndice II do Cites não proibirá o seu comércio, mas apenas aumentará o controle e a fiscalização sobre a comercialização da espécie. (R.B.)